

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proteção Social Básica/ SCFV Criança e Adolescente

MARIA APARECIDA DE AZEVEDO

CAMINHANDO JUNTOS PARA ALÉM DOS MUROS INVISÍVEIS: A interface entre o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com os Espaços Públicos.

VITÓRIA, 08 DE OUTUBRO DE 2019

CAMINHANDO JUNTOS PARA ALÉM DOS MUROS INVISÍVEIS: A interface entre o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com os Espaços Públicos.

Apresentação: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes – CAJUN – Caminhando Juntos, situado no território do Bairro Consolação é desenvolvido pela Prefeitura de Vitória, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com a Instituição Adventista Este Brasileira – ADRA, através de Termo de Colaboração. Atualmente o Cajun Consolação atende 95 (noventa e cinco) crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 anos, nos turnos matutino e vespertino de segunda a quinta feira. Nas sextas-feiras é reservado para reunião de equipe local e/ou Planejamento.

O território de abrangência do Cajun Consolação atende aos bairros: Consolação, Bairro da Penha, Morro da Floresta, Gurigica, Horto e São Benedito que estão situados entre as principais avenidas de acesso à cidade sendo elas: Avenida Maruípe, Avenida Marechal Campos, Avenida Vitória e Avenida Leitão da Silva. Bairros esses conhecidos por fazerem parte do “Território do Bem”

Trata-se de um Serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), sendo reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013.

Assim, o CAJUN está organizado de modo a prevenir as situações de risco social, de forma a ampliar as trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária, com olhar de caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades, potencialidades, particularidades e singularidades de cada indivíduo, visando a prevenção de situações de vulnerabilidades sociais.

As formas de acesso ao serviço são através de demanda espontânea, busca ativa, encaminhamento da rede socioassistencial, encaminhamento das demais políticas públicas e de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, dentre outros.

Justificativa: Muitas vezes, a necessidade das crianças de ocupar, circular, estudar e brincar de forma segura e prazerosa é negligenciada. Na década de 1990, originaram-se diversas propostas de envolvimento de crianças nas políticas públicas municipais motivadas pela

Agenda 21 e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, cujo texto, enfatiza a importância das crianças serem ouvidas, implicando uma nova perspectiva sobre a infância. Assim sendo, a Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente garantem ao cidadão criança e adolescente a possibilidade de participar diretamente das decisões importantes de sua Comunidade, Cidade, Estado e País.

O artigo 16 do ECA diz que toda criança e adolescente tem, entre outros, o direito de conviver com a família, participar da vida da comunidade, brincar e praticar esportes, além do direito a se expressar e opinar.

Dentro deste contexto é importante basear o planejamento das ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos eixos norteadores, sendo neste caso, baseado no eixo participação:

“Tem como foco estimular, mediante a oferta de atividades planejadas, a participação dos usuários nos diversos espaços da vida pública, a começar pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, passando pela família, comunidade e escola, tendo em mente o seu desenvolvimento como sujeito de direitos e deveres. O eixo “participação” tem como subeixos: participação no serviço; participação no território; participação como cidadão; participação nas políticas públicas.”(MDS/2017)

Dessa forma, o foco é propiciar aos adolescentes atendidos atividades para “além dos muros”, que não fazem parte de suas vidas cotidianas (seja por desconhecimento ou por acharem não serem relevantes), mas que trazem em seu bojo toda a dinâmica de um ser histórico político como usufruto de cidadania, independente do seu lugar de moradia na cidade, como os espaços públicos da cidade.

Objetivo geral: A apropriação dos espaços públicos como espaço de conexões de ideias, práticas, de formas de inclusão e de consolidação de direitos, minimizando a distância entre as diferenças através da ampliação dos horizontes, do diálogo intergeracional e a criação de espaços de iniciativa.

Metodologia: Todo trabalho que vislumbra a mudança de atitude, requer um processo educacional. A prática da cidadania a partir da apropriação dos espaços públicos requer uma mudança de paradigma a fim de fazer com que os adolescentes vejam esses espaços como uma extensão de si mesmos e em condições de ter acesso a novas oportunidades de conhecimento, de cultura e de participação política.

Após a reunião de planejamento, para melhor compreensão pelo público-alvo do objetivo que queríamos alcançar, foram utilizadas seguintes metodologias: Roda de conversa explicativa e participativa, visita monitora *in loco*, recortes da prática do cotidiano na comunidade onde o Cajun tem sua abrangência.

Dentro da metodologia proposta, foi agendado roda de conversa com o Vice-Presidente da Associação de Moradores do Bairro Consolação, onde participaram 20 (vinte) adolescentes que levantaram as seguintes questões: Porque tem pouco ônibus no Bairro? Em relação ao espaço de lazer do bairro (praça) foi levantado pelos participantes do grupo que muitos animais (cachorros) entram dentro do espaço que tem areia e foi relatado casos vários casos de alguns parentes e amigos que pegaram “*coceira*” além de outras doenças, que foram respondidas pela liderança. Em seguida passaram a perguntar qual o tempo de mandato de um líder comunitário, o que ele faz, se trabalha sozinho, se a função é renumerada, tendo o líder comunitário esclarecido as perguntas e questionamentos levantados pelos adolescentes.

Antes da visita ao CONCAV, foi realizada roda de conversa para explicar e tirar dúvidas sobre o papel do Conselho. Insta ressaltar que foi uma surpresa como profissional saber que os adolescentes não tinham conhecimento desse espaço e nem de sua importância.

Diante da fala dos adolescentes, foi agendado a visita no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória do dia de uma reunião ordinária mensal, para que os mesmo pudessem conhecer o espaço físico, os conselheiros da Sociedade Civil e do Poder Público, bem como o funcionamento do Conselho, sendo recebidos pela Presidente do CONCAV que apresentou aos adolescentes os conselheiros e suas respectivas funções. Assim, 16 (dezesseis) adolescentes conheceram o órgão e seu funcionamento.

Seguindo o planejado, o agendamento da visita na Câmara Municipal de Vitória foi o ápice de todo o processo de participação, sendo os adolescentes recebidos pelo Presidente da Câmara e por 1 vereador. Os adolescentes M. S. C. S., S. B. S. e M. J. S. A., compuseram a mesa diretora

e foram eleitos, respectivamente, presidente, vice e secretária. Também conheceram o plenário do Legislativo municipal, onde votam e discursam os vereadores, e realizaram uma eleição do presidente do órgão por um dia, bem como também tiveram a chance de conhecer os prontosuários dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e visitar as instalações da Câmara, como a sala de videomonitoramento dos seguranças do órgão.

Resultados alcançados e metas definidas e quantificadas através de indicadores

Assim, as atividades propostas, levando em consideração as experiências vividas pelos adolescentes nos diversos espaços públicos e no território, resultaram em novas metodologias participativas capazes de criar espaços de diálogo intergeracional. A participação dos adolescentes nos diversos espaços públicos, contribuiu para a consolidação da democracia e para a construção do sentimento de cidadania. Além disso, esses mecanismos participativos serviram, tanto para os adultos quanto para os adolescentes, como uma experiência de aprendizado.

Após o conhecimento dos espaços públicos, os adolescentes tiveram a ideia de formar um grupo para opinar sobre o Serviço de Convivência e sobre questões da comunidade. Tal grupo encontra-se em formação e sob orientação da Assistente Social e Coordenação local.

Através da construção de espaços de iniciativa, acreditamos que o cidadão quando tem informação e conhecimento, consegue comunicar seus anseios e obter respostas, além de ter mais iniciativa e autonomia na vida. Compreende-se aqui, a possibilidade de um novo modelo de gestão na vida dos adolescentes, com respeito à diversidade, exercício da cidadania ativa, horizontalidade nas tomadas de decisão, o trabalho em rede, a formação de parcerias, a corresponsabilidade e a cooperação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990. Brasília, DF

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). LOAS anotada - Lei Orgânica da Assistência Social. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas e Respostas. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2017.

PEREZ, Beatriz Corsino; JARDIM, Marina Dantas. A participação de crianças nas políticas públicas: construção, prática e desafios. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 206-218, jun. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01/10/ 2019.

Registro Fotográfico



Foto 1 - Roda de conversa com Líder Comunitário



Foto 2- conhecendo o CONCAV



Foto 3- Visita a Câmara Municipal de Vitória



Foto 4-Roda de Conversa Grupo Gestor